**AO CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DA 1ª ZONA DA SERRA/ES**

**DECLARAÇÃO**

**NOME**, nacionalidade, filiação, estado civil, profissão, inscrito (a) no CPF/MF sob nº \*\*\*.\*\*\*.\*\*\*-\*\*, com endereço eletrônico: \*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*@\*\*\*\*.com, residente e domiciliado à Rua \*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*, nº \*\*\*\*, bairro \*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*, Cidade \*\*\*\*\*\*\*\*\*, ES, CEP \*\*\*, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,

**DECLARA(M)**, com fundamento nos artigos 109 e 110[[1]](#footnote-1) do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça/ES e sob as penas da Lei, **que não é(são) e nunca foi(ram) proprietário(a, os) de imóvel residencial e que pela primeira vez na vida está(ao) adquirindo um imóvel residencial.** Como a aquisição está sendo com a utilização de recursos do Sistema Financeiro da Habitação, requer(em) a redução de 50%(cinqüenta por cento) dos emolumentos, prevista no artigo 290 da Lei 6015/73 (Lei dos Registros Públicos).

*Declara(m),* outrossim, ser(em) conhecedor(a,es) de que a falsidade da declaração acima, importa em *crime de falsidade* ideológica, previsto no Artigo 299[[2]](#footnote-2) *do Código* Penal Brasileiro.

Declara(m), que reconhece(m) ser devida a diferença de emolumentos se a qualquer tempo for comprovada a falsidade das declarações aqui exarada, autorizando o RGI a tomar as providências cabíveis, inclusive judiciais, se for o caso.

O requerente/declarante declara ter sido informado pelo Cartório de que todos os dados pessoais fornecidos nesta oportunidade receberão tratamentos de coleta, recepção, utilização, armazenamento e/ou arquivamento, para fins exclusivos mencionados acima, em atenção às disposições da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

Serra, ES, \*\* de \*\*\*\*\*\*\* de 20\*\*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura com firma reconhecida.

1. **Art. 109**. Os emolumentos devidos por todos os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro de Habitação – SFH, serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento).

   \* Lei nº 6.015, de 31.12.1973, art. 290, caput.

   **Art. 110**. Nos casos previstos no artigo anterior, o delegatário deverá informar ao interessado, caso a circunstância não conste expressamente do próprio título, sobre o seu direito ao desconto, e deverá exigir declaração escrita do interessado, esclarecendo tratar-se, ou não, se for o caso, de primeira aquisição, a qual permanecerá arquivada no cartório para seu posterior controle.

   Parágrafo único. Na hipótese do caput do artigo precedente, o oficial somente procederá ao registro após a declaração do interessado, informando que o imóvel adquirido se consubstancia como a sua primeira aquisição imobiliária para fins residenciais e que está ciente do desconto que lhe é concedido [↑](#footnote-ref-1)
2. ***Artigo* 299** *- Omitir,* em documento público ou particular, declaração que dele *deveria constar,* ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente *relevante:*

   PENA: reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e muita, se o documento é particular. [↑](#footnote-ref-2)